

RESULTADOS 2024

Campo Grande, 18 de março de 2025 – A Administração da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso do Sul”, “EMS” ou “Companhia”) apresenta resultados do quarto trimestre (4T24) e exercício de 2024. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões						
Receita operacional líquida	1.270,6	1.162,3	+ 9,3	4.522,1	4.140,6	+ 9,2
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	1.113,3	1.027,1	+ 8,4	3.900,1	3.604,7	+ 8,2
Margem bruta	461,0	576,0	- 20,0	1.896,8	1.922,6	- 1,3
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	553,8	550,0	+ 0,7	1.893,5	1.767,6	+ 7,1
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	390,7	407,3	- 4,1	1.300,0	1.206,3	+ 7,8
Resultado financeiro	(82,9)	(77,0)	+ 7,7	(323,6)	(292,8)	+ 10,5
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	160,7	195,8	- 17,9	517,1	506,8	+ 2,0
Indicadores Operacionais Consolidados						
Número de consumidores cativos (mil)	1.152,7	1.129,7	+ 2,0	1.152,7	1.129,7	+ 2,0
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	1.163,0	1.201,9	- 3,2	4.482,0	4.261,0	+ 5,2
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁵⁾	1.657,5	1.636,3	+ 1,3	6.506,5	5.929,1	+ 9,7
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado recorrente /Receita líquida (%)	30,7	35,0	- 4,3 p.p.	28,7	29,1	- 0,4 p.p.
Indicadores financeiros - R\$ milhões						
	31/12/2024			31/12/2023		
						Var. %
Ativo total		7.189,6		6.217,0		+ 15,6
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras		1.032,2		623,7		+ 65,5
Patrimônio líquido		1.167,1		1.121,3		+ 4,1
Endividamento líquido		3.334,4		2.888,5		+ 15,4

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura + receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão + receita das margens da obrigação de performance da construção. | (2) Margem bruta ajustada: Margem bruta expurgando o efeito do VNR. | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR e os demais efeitos não recorrentes. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. RECEITA OPERACIONAL

No 4T24, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, mostrou crescimento de 8,4% (R\$ 86,2 milhões), totalizando R\$ 1.113,3 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	1.161,7	1.259,3	- 7,8	4.469,4	4.307,7	+ 3,8
✓ Residencial	632,4	668,5	- 5,4	2.352,0	2.175,8	+ 8,1
✓ Industrial	44,7	64,2	- 30,3	201,3	254,1	- 20,8
✓ Comercial	202,2	236,7	- 14,6	813,0	861,5	- 5,6
✓ Rural	140,7	146,4	- 3,9	575,4	524,1	+ 9,8
✓ Outras classes	141,7	143,5	- 1,3	527,7	492,1	+ 7,2
(+) Suprimento de energia elétrica	5,4	(0,1)	-	36,3	33,0	+ 9,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	72,6	55,6	+ 30,6	(17,9)	59,6	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	158,8	140,5	+ 13,0	608,3	534,9	+ 13,7
(+) Receita de construção de infraestrutura	157,2	135,2	+ 16,3	622,0	535,8	+ 16,1
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	(20,6)	14,7	-	49,7	135,4	- 63,3
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	134,3	72,3	+ 85,8	468,4	278,2	+ 68,3
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	42,4	26,0	+ 63,0	138,6	154,9	- 10,6
(+) Outras receitas	11,2	7,4	+ 51,5	39,3	35,5	+ 10,8
(=) Receita operacional bruta	1.723,0	1.710,9	+ 0,7	6.414,0	6.075,1	+ 5,6
(-) Impostos sobre vendas	341,2	378,0	- 9,7	1.291,2	1.283,2	+ 0,6
(-) Encargos setoriais	111,3	170,6	- 34,8	600,7	651,3	- 7,8
(=) Receita operacional líquida	1.270,6	1.162,3	+ 9,3	4.522,1	4.140,6	+ 9,2
(-) Receita de construção de infraestrutura	157,2	135,2	+ 16,3	622,0	535,8	+ 16,1
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	1.113,3	1.027,1	+ 8,4	3.900,1	3.604,7	+ 8,2

3.1. Margem bruta

Margem bruta (Valores em R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita operacional líquida	1.270,6	1.162,3	+ 9,3	4.522,1	4.140,6	+ 9,2
(-) Custo de construção de infraestrutura	157,2	135,2	+ 16,3	622,0	535,8	+ 16,1
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção de infraestrutura)	1.113,3	1.027,1	+ 8,4	3.900,1	3.604,7	+ 8,2
(-) Custos e despesas não controláveis	652,3	451,0	+ 44,6	2.003,3	1.682,1	+ 19,1
Energia elétrica comprada para revenda	549,7	347,6	+ 58,1	1.583,1	1.290,5	+ 22,7
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	102,7	103,4	- 0,7	420,2	391,6	+ 7,3
(=) Margem bruta	461,0	576,0	- 20,0	1.896,8	1.922,6	- 1,3
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	42,4	26,0	+ 63,0	138,6	154,9	- 10,6
(+) Provisão de efeitos de geração distribuída	135,3	-	-	135,3	-	-
(=) Margem bruta ajustada	553,8	550,0	+ 0,7	1.893,5	1.767,6	+ 7,1

No 4T24, a margem bruta foi de R\$ 461,0 milhões, uma redução de 20,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já a margem bruta ajustada atingiu R\$ 553,8 milhões, um crescimento de 0,7% em comparação ao 4T23.

No comparativo entre os trimestres, a variação da receita líquida e da margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Na rubrica de Receita de energia elétrica, a receita de energia no mercado cativo apresentou uma redução de 7,8% no 4T24, reflexo da queda média de consumo de -3,1% além do efeito tarifa de -4,4%, devido ao reajuste tarifário em abril de 2024. Esse desempenho foi impactado, principalmente, pela retração nas classes industrial (-14,4%), comercial (-29,7%) e rural (-15,8%), além da migração de consumidores desses segmentos para o mercado livre de energia. Adicionalmente, parte do faturamento do mercado cativo referente à GD 2 e GD 3 é recebida pelas distribuidoras via CDE, impactando a linha de subvenções. Essa queda foi parcialmente compensada pelo impacto tarifário decorrente do acionamento das bandeiras tarifárias, com a bandeira vermelha – patamar 2 em outubro e a bandeira amarela em novembro de 2024, contribuindo positivamente para as tarifas no trimestre.
- (ii) Na linha de disponibilidade do sistema elétrico, o aumento de 13,0%, foi motivado pelo consumo dos clientes livres em função do clima quente e seco e pelo aumento da base por conta das novas migrações de clientes no mercado livre;
- (iii) A linha de Ativos e Passivos Regulatórios, que inclui a amortização e constituição dos ativos/passivos regulatórios e receita de ultrapassagem de demanda, apresentou uma redução de R\$ 35,3 milhões devido, principalmente ao impacto do reconhecimento dos financeiros reconhecidos em 2024 foram menores que em 2023, com destaque ao repasse dos créditos de PIS/COFINS na tarifa, em 2023 o valor reconhecido foi de R\$ 210,0 milhões, já no RTA 2024 o valor reconhecido foi de R\$ 104,0 milhões.
- (iv) Na linha de subvenções vinculadas aos serviços concedidos, o aumento de 85,8% (+R\$ 62,0 milhões) se refere, principalmente ao crescimento nos subsídios tarifários com destaque para o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de geração distribuída no montante de R\$ 41,0 milhões e de fontes incentivadas no montante total de R\$ 20,1 milhões.

3.2. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.658 GWh cresceu 1,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. A alta só não foi maior porque o 4T23, o mercado havia registrado a maior alta em 21 anos (17,5%).

O resultado da Companhia foi direcionado pela classe industrial (+6,9%), diante de novas cargas e aumento de consumo de clientes livres, com destaque para a produção de minerais – a classe direcionou 56% da alta entre os trimestres. Vale ainda mencionar o desempenho do mercado residencial (+3,2%), direcionada principalmente pelas temperaturas elevadas, com 65% dos dias acima da média, com ondas de calor e clima mais seco. Já a classe rural (+0,2%) ficou estável, enquanto a comercial registrou recuo de 7,4% – a base elevada de comparação limitou o resultado das classes, bem como o recadastro de clientes do comercial.

No acumulado de 2024, o mercado avançou 9,7%, atingindo a maior taxa em 23 anos, com alta nas principais classes, principalmente a residencial e industrial, em especial os segmentos de Papel, Alimento e minerais.

A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição	Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
		4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Residencial	644,8	624,6	+ 3,2	2.391,1	2.122,5	+ 12,7	
Comercial	179,6	213,3	- 15,8	732,1	796,6	- 8,1	
Industrial	37,6	53,5	- 29,7	171,1	226,8	- 24,5	
Rural	140,5	142,6	- 1,5	570,6	519,6	+ 9,8	
Outros	160,4	167,9	- 4,5	617,0	595,5	+ 3,6	
1 Mercado Cativo	1.163,0	1.201,9	- 3,2	4.482,0	4.261,0	+ 5,2	
Residencial	-	-	-	-	-	-	
Comercial	86,1	73,7	+ 16,9	330,6	288,0	+ 14,8	
Industrial	371,0	328,8	+ 12,8	1.555,6	1.262,9	+ 23,2	
Rural	7,6	5,3	+ 44,0	24,5	18,7	+ 31,3	
Outros	29,8	26,7	+ 11,8	113,8	98,3	+ 15,7	
2 Mercado (TUSD)	494,5	434,4	+ 13,8	2.024,6	1.668,0	+ 21,4	
Residencial	644,8	624,6	+ 3,2	2.391,1	2.122,5	+ 12,7	
Comercial	265,8	287,0	- 7,4	1.062,8	1.084,7	- 2,0	
Industrial	408,6	382,2	+ 6,9	1.726,7	1.489,7	+ 15,9	
Rural	148,1	147,9	+ 0,2	595,1	538,3	+ 10,5	
Outros	190,3	194,6	- 2,2	730,8	693,9	+ 5,3	
Formado Total (1+2)	1.657,5	1.636,3	+ 1,3	6.506,5	5.929,1	+ 9,7	
Fornecimento não Faturado	70,3	50,9	+ 38,1	(5)	31,1	-	
Cativo + TUSD + Fornecimento Não Faturado	1.727,8	1.687,2	+ 2,4	6.506,0	5.960,1	+ 9,2	

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o período com 1.152.666 unidades consumidoras cativas, número 2,0% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 776 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado – <https://ri.energisa.com.br/divulgacoes-e-resultados/boletim-mensal/>

3.3. Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A EMS encerrou o ano de 2024 com um índice de perda total de 11,16%, registrando uma redução de 0,67 ponto percentual em relação ao trimestre anterior e de 0,31 ponto percentual em comparação ao ano anterior.

As perdas permaneceram abaixo do limite regulatório, evidenciando a eficácia contínua das estratégias de combate e redução de perdas adotadas pela companhia. O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses									
Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/23	set/24	dez/24	dez/23	set/24	dez/24	dez/23	set/24	dez/24	
7,95	8,23	8,01	3,52	3,61	3,15	11,47	11,83	11,16	12,40

3.4. Gestão da inadimplência

3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

dez/24	Em 12 meses (%)		Variação em p.p.
	dez/23	dez/24	
0,90	1,14		+ 0,25

3.4.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

dez/24	Em 12 meses (%)		Variação em p.p.
	dez/23	dez/24	
97,61	97,33		+ 0,29

3.5. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

A Companhia manteve o seu excelente desempenho, apresentando resultados abaixo dos limites regulatórios para os indicadores DEC e FEC, fruto das ações e investimentos realizados para melhoria da qualidade do serviço. Em setembro de 2024, o DEC alcançou uma redução de 0,35 horas e o FEC um aumento de 0,16 vezes em relação ao mesmo período do ano anterior.

dez/24	DEC (horas)	Var.(%)	dez/24	FEC (vezes)	Var.(%)	Limite DEC	Limite FEC
9,07	9,28	- 2,3	4,26	4,00	+ 6,5	10,38	7,04

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

A ANEEL, por meio do ofício nº44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. A EMS já está cumprindo os percentuais previstos pelo regulador.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 864,3 milhões no 4T24, aumento de 31,4% (R\$ 206,7 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2023.

Os custos e despesas não controláveis, alcançaram R\$ 652,3 milhões no 4T24, aumento de 44,6% na comparação com o ano anterior, devido principalmente do reconhecimento do montante de R\$ 135,3 milhões de efeito não recorrente referente ao saldo líquido acumulado de energia não compensada e baixa de ativos referentes a geração distribuída na linha de energia elétrica comprada para revenda.

A partir do 1T24, o Grupo Energisa alterou a prática de provisão da PLR na linha de Pessoal e Benefícios Pós-Emprego, adotando um provisionamento mensal em vez do reconhecimento integral dos 12 meses em dezembro de cada ano. Como resultado dessa mudança, dos R\$ 23,1 milhões registrados no 4T23 referentes a PLR, R\$ 17,4 milhões são atribuídos ao PLR dos 9 primeiros meses de 2023 e R\$ 5,8 milhões referem-se de fato ao 4T23.

Assim, excluindo este efeito não-recorrente e não-caixa, o PMSO seria R\$ 119,2 milhões no 4T23, aumento de 16,7% na comparação com o mesmo período de 2024.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais (Valores em R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	652,3	451,0	+ 44,6	2.003,3	1.682,1	+ 19,1
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	549,7	347,6	+ 58,1	1.583,1	1.290,5	+ 22,7
1.2 Enc						

a. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão (R\$ milhões)



7. INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Ativo Elétrico	174,5	129,3	+ 34,9	644,3	530,1	+ 21,5
Obrigações Especiais (*)	68,0	8,5	+ 704,1	112,7	55,8	+ 102,1
Ativo não Elétrico	5,4	6,3	- 14,6	27,1	25,8	+ 5,1
Total dos Investimentos	247,9	144,1	+ 72,0	784,2	611,7	+ 28,2

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a base de remuneração regulatória da distribuidora.

8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Gestão de pessoas, Saúde e Segurança

Nos últimos anos, a Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança na Energisa Mato Grosso do Sul passou por transformações significativas, alinhadas às diretrizes do Grupo Energisa. Essas mudanças foram impulsionadas por rápidas mudanças no ambiente de trabalho e pela integração de novas tecnologias, como a IA generativa. Com mais de 2.500 colaboradores e mais de 1,2 milhão clientes, a Energisa Mato Grosso do Sul se destaca pela sua capacidade de adaptação, colocando as pessoas no centro dessa transformação. A Energisa consolidou avanços importantes em bem-estar e desenvolvimento dos colaboradores, fortalecendo a cultura organizacional e criando um ambiente seguro, inclusivo e de qualidade de vida. A transformação tecnológica trouxe desafios, mas também oportunidades, levando a investimentos em upskilling e reskilling para enfrentar o impacto das novas tecnologias.

Principais ações:

- Atração e Retenção de Talentos: Foco no desenvolvimento, com ênfase na formação de mão de obra local.
- Formação Contínua: Atualização constante dos programas de treinamento, assegurando eficiência e segurança.
- Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI): Promoção de um ambiente mais inclusivo e equitativo.
- Liderança e Cultura Organizacional: Desenvolvimento contínuo das competências de liderança, com foco em decisões ágeis e estratégicas, além de uma cultura de confiança e inovação.
- Saúde e bem-estar dos colaboradores são essenciais, com programas como o Viva Energia, voltados para prevenção de doenças e promoção de um estilo de vida saudável, além do programa Saúde Integral, que oferece apoio em diversas áreas.

A segurança é uma prioridade, com um roadmap baseado em tecnologia e prevenção, além de soluções para monitoramento e redução de riscos. A Energisa segue com o compromisso de criar uma força de trabalho resiliente e ágil, garantindo a competitividade e o sucesso a longo prazo, com a visão de um futuro em que pessoas e tecnologia caminham juntas para garantir eficiência, segurança e sustentabilidade.

Responsabilidade socioambiental

A Energisa tem reforçado seu compromisso com a sociedade local e o meio ambiente, por meio de iniciativas culturais e ações voltadas para a valorização dos valores regionais. A Companhia investe em projetos que incentivam a produção cultural e promovem a preservação da memória local, ao mesmo tempo em que impulsionam a economia criativa nas regiões onde atua. Essas ações estão alinhadas à agenda socioambiental, com foco no desenvolvimento sustentável e na promoção da diversidade cultural. Em 2024, a Energisa Mato Grosso do Sul destinou aproximadamente R\$ 103 mil a ações de impacto socioambiental, incluindo programas nas áreas de educação, cultura, esporte, além de projetos voltados para o combate à fome e segurança alimentar. Esses investimentos refletem o compromisso da Companhia em contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, promovendo a inclusão e o fortalecimento das práticas sustentáveis em suas áreas de concessão.

Eficiência energética

O Grupo Energisa reafirma, a cada ano, seu compromisso com a eficiência energética e a sustentabilidade. Em 2024, o investimento de R\$ 11,5 milhões reflete o esforço contínuo na otimização do consumo de energia e na promoção de práticas mais sustentáveis.

A iniciativa Nossa Energia é um exemplo desse compromisso, incentivando a educação e a economia de energia em comunidades nas áreas de concessão. Em 2024, o projeto possibilitou a substituição de 89 mil lâmpadas LED e 504 geladeiras, promovendo maior eficiência e redução do consumo.

As iniciativas adotadas pela Companhia não só geraram redução de custos, mas também impulsionaram o uso consciente da energia e ajudaram na diminuição das emissões de gases de efeito estufa, reforçando o compromisso da Energisa com a sustentabilidade e o futuro do planeta.

Iniciativas socioculturais

No âmbito sociocultural, a Energisa Mato Grosso do Sul se empenha em ações alinhadas à agenda ASG, destacando o apoio às manifestações culturais autênticas e a valorização da diversidade cultural em sua região. Busca não apenas incentivar a produção cultural e a preservação da memória, mas também impulsionar a economia criativa e mobilizar projetos e parcerias que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Para concretizar esses objetivos, conta com o apoio de suas organizações sociais: Fundação Ormeo Junqueira Botelho e o Instituto Energisa, criados com o propósito de avançar as potencialidades dos territórios onde atua por meio de iniciativas educacionais, culturais, sociais e esportivas.

Sustentabilidade na cadeia de fornecedores

Em 2024, a Energisa direcionou suas iniciativas de sustentabilidade, principalmente, para a gestão de fornecedores, reforçando seu compromisso com as questões ambientais, sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a crescente responsabilidade das empresas quanto às práticas sustentáveis de seus parceiros.

Dentre as ações, destaca-se a continuidade do Programa Sinergisa, dedicado ao desenvolvimento dos fornecedores do grupo Energisa. O programa promove avaliações de gestão e a aplicação de práticas, regras e conceitos reconhecidos mundialmente, buscando aprimorar a gestão dos fornecedores de materiais e serviços. Além de mitigar riscos na cadeia de suprimentos, essa iniciativa fomenta uma cultura organizacional voltada para a melhoria contínua dos processos desses parceiros.

A Energisa segue monitorando de perto seus fornecedores, incentivando a melhoria contínua e substancial dos processos de fabricação em conformidade com os princípios ASG, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética do Grupo Energisa, visando estabelecer parcerias com fornecedores alinhados às melhores práticas do mercado.

Além disso, o material orientativo utilizado nas avaliações e no Programa de Desenvolvimento Assistido foi revisado, garantindo alinhamento com as diretrizes e recomendações ASG.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

9.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro a março de 2025, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

9.2 Dividendos do exercício de 2024

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2025, aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos à conta do lucro do exercício de 2024, no montante de R\$ 129.403, equivalentes a R\$200,00 (reais) por ação ordinária. Os pagamentos serão efetuados a partir de 21 de fevereiro de 2025, com base na posição acionária em 20 de fevereiro de 2025, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

9.3 Prorrogação da Concessão

Em junho de 2024, foi publicado pela Presidência da República, o Decreto 12.068/2024, autorizando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo prazo final dos contratos se extinguiu entre os anos de 2025 e 2031. Tal decreto define as principais diretrizes para os novos contratos de concessão. Em outubro de 2024, a ANEEL abriu período de consulta pública para coletar informações do setor para aprimoramentos da minuta do referido contrato. Em 25 de fevereiro de 2025, o processo foi concluído e os termos da prorrogação das concessões com a redação final dos contratos encaminhado para apreciação do Ministério de Minas e Energia. Após esta apreciação e definição dos termos dos contratos, as concessionárias terão 30 dias para apresentar para a ANEEL e Ministério de Minas e Energia os requerimentos das prorrogações. A Companhia mantém o interesse nas respectivas prorrogações de concessões.

A Administração.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2024

(Em milhares de reais)

1 - Base de Cálculo	2024			2023		
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Receita líquida (RL)	-	-	-	4.522.099	-	4.140.567
Resultado operacional (RO)	-	-	-	786.331	-	893.512
Folha de pagamento bruta (FPB)	-	-	-	177.903	-	156.111
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	35.332	19,86%	0,78%	29.427	18,85%	0,71%
Encargos sociais compulsórios	23.067	12,97%	0,51%	19.715	12,63%	0,48%
Previdência privada	5.101	2,87%	0,11%	4.618	2,96%	0,11%
Saúde	23.666	13,30%	0,52%	27.282	17,48%	0,66%
Segurança e saúde no trabalho	8.395	4,72%	0,19%	2.822	1,81%	0,07%
Educação	151	0,08%	0,00%	122	0,08%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.012	0,57%	0,02%	979	0,63%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	389	0,22%	0,01%	473	0,30%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	35.645	20,04%	0,79%	22.543	14,44%	0,54%
Outros	9.737	5,47%	0,22%	8.988	5,76%	0,22%
Total - Indicadores sociais internos	142.495	80,10%	3,15%	116.969	74,94%	2,82%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	865	0,11%	0,02%	481	0,05%	0,01%
Cultura	1.636	0,21%	0,04%	1.007	0,11%	0,02%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	310	0,04%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	1.033	0,13%	0,02%	369	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	3.844	0,49%	0,09%	1.857	0,20%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.179.339	149,98%	26,08%	2.070.457	231,72%	50,00%
Total - Indicadores sociais externos	1.183.183	150,47%	26,17%	2.072.314	231,92%	50,04%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	47.985	6,10%	1,06%	53.488	5,99%	1,29%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	389	0,05%	0,01%	397	0,25%	0,04%
Total dos investimentos em meio ambiente	48.374	6,15%	1,07%	53.885	6,24%	1,33%
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2024		2023			
Nº de empregados(as) ao final do período	1.445	1.364				
Nº de admissões durante o período	284	140				
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.278	952				
Nº de estagiários(as)	16	13				
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	121	121				
Nº de mulheres que trabalham na empresa	171	166				
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	16,28%	21,10%				
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	745	661				
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	29,07%	15,70%				
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	61	69				

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
		2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	50.611	84.088
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	957.635	515.506
Consumidores e concessionárias	6	679.848	789.564
Estoques		17.494	15.764
Instrumentos financeiros derivativos	30	38.496	27.600
Tributos a recuperar	7	277.820	374.648
Ativos financeiros setoriais	9	69.347	127.738
Outros créditos	10	261.651	123.515
Total do circulante		2.352.902	2.058.423
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	23.952	24.068
Consumidores e concessionárias	6	61.801	105.308
Tributos a recuperar	7	189.129	104.671
Cauções e depósitos vinculados	23.1	70.133	58.945
Instrumentos financeiros derivativos	30	190.537	139.786
Ativos financeiros setoriais	9	33.870	47.113
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	3.274.065	2.659.695
Outros créditos	10	11.084	14.338
		3.854.571	3.153.924
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	14	323.052	253.980
Investimentos		615	648
Imobilizado	15	25.427	21.590
Intangível	16	632.989	728.407
Total do não circulante		4.836.654	4.158.549
Total do ativo		7.189.556	6.216.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2024	2023
		2024	2023
Circulante			
Fornecedores	17	316.094	332.455
Encargos de dívidas	18	40.063	55.773
Empréstimos e financiamentos	18	499.475	310.752
Debêntures	19	162.972	273.031
Folha de pagamento		770	946
Impostos e contribuições sociais	20	104.662	152.588
Instrumentos financeiros derivativos	30	76.661	58.983
Obrigações estimadas		42.174	36.119
Contribuição de iluminação pública		40.803	40.857
Benefícios pós-emprego	31	2.429	3.222
Encargos setoriais	22.1	35.280	54.493
Incorporação de redes	22.2	7.967	9.848
Passivos financeiros setoriais	9	35.316	100.650
Arrendamentos Operacionais		1.513	276
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	21	74.228	69.449
Outros passivos		51.386	33.666
Total do circulante		1.491.793	1.533.108
Não circulante			
Fornecedores	17	22.912	20.831
Empréstimos e financiamentos	18	1.626.062	1.663.362
Debêntures	19	2.249.983	1.392.735
Impostos e contribuições sociais	20	16.055	55.025
Impostos e contribuições sociais diferidos	12	240.758	156.634
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	23.1	42.636	48.547
Benefícios pós-emprego	31	15.689	25.094
Instrumentos financeiros derivativos	30	93.400	5.475
Encargos setoriais	22	19.361	15.867
Passivos financeiros setoriais	9	79.962	10.529
Arrendamentos Operacionais	21	2.577	1.526
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins		67.554	166.151
Outros passivos		53.697	833
Total do não circulante		4.530.646	3.562.609
Patrimônio líquido			
Capital social	24.1	616.732	616.732
Reserva de capital	24.2	121.576	121.419
Reserva de lucros	24.3 e 24.4	300.708	225.742
Dividendos adicionais propostos	24.5	129.403	167.805
Outros resultados abrangentes	24.6	(1.302)	(10.443)
Total do patrimônio líquido		1.167.117	1.121.255
Total do passivo e patrimônio líquido		7.189.556	6.216.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o período findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2024	2023
		2024	2023
Receita operacional líquida	25	4.522.099	4.140.567
Custo do serviço de energia elétrica	26	(2.003.266)	(1.682.131)
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	26	(1.132.682)	(994.484)
Lucro bruto		1.386.151	1.463.952
Despesas gerais e administrativas	26	(245.504)	(228.535)
Outras receitas	27	4.727	9.445
Outras despesas	27	(35.416)	(58.530)
Resultado			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de Capital			Reservas de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
		Remuneração das Reservas especiais de imobilizações em curso	Reserva especial de água	Programa remuneração variável (ILP)	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		616.732	1.650	116.944	2.157.668	-	194.446	-	964.263
Programa de remuneração variável (ILP)	24.2	-	-	-	668	-	-	-	668
Pagamento de dividendos adicionais	24.5	-	-	-	-	-	(194.446)	-	(194.446)
Lucro líquido do exercício	29	-	-	-	-	-	-	609.044	609.044
Proposta de destinação do Lucro Líquido:									
Reserva legal	24.3 e 24.5	-	-	-	-	30.452	-	(30.452)	-
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	(242.982)	(242.982)
Reserva de retenção de lucros	24.4	-	-	-	-	167.805	-	(167.805)	-
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	167.805	(167.805)	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos									
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		616.732	1.650	116.944	2.825	167.805	57.937	167.805	1.121.255
Pagamento de dividendos adicionais	24.5	-	-	-	-	-	(167.805)	-	(167.805)
Programa de remuneração variável (ILP)	24.2	-	-	-	157	-	-	-	157
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais	24.5	-	-	-	-	-	-	(431)	431
Lucro líquido do exercício	29	-	-	-	-	-	-	603.658	603.658
Proposta de destinação do Lucro Líquido:									
Reserva legal	24.3 e 24.5	-	-	-	-	10.142	-	(10.142)	-
Dividendos	24.5	-	-	-	-	-	-	(398.858)	(398.858)
Dividendos adicionais propostos	24.5	-	-	-	-	-	129.403	(129.403)	-
Retenção de lucros	24.5	-	-	-	64.824	-	-	(64.824)	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos									
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	13.197
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	24.6	-	-	-	-	-	-	-	(4.487)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		616.732	1.650	116.944	2.982	232.629	68.079	129.403	1.167.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	29	603.658	609.044
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	182.673	284.468
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	26	513.403	266.844
Depreciação e amortização	26	193.340	174.892
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	26	58.081	43.398
Provisões para riscos trabalhistas, civis, fiscais e regulatórias	23	21.778	13.881
Instrumentos financeiros derivativos	28	(120.967)	116.412
Marcação a mercado de derivativos	28	180.588	(69.434)
Marcação a mercado de dívida	28	(162.999)	49.744
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	(138.572)	(154.943)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	27	22.463	37.994
Programa de remuneração variável (ILP)	11	157	668
Redução (aumento) dos ativos			
Consumidores e concessionárias		97.255	(207.119)
Estoque		(1.730)	1.209
Tributos a recuperar		(77.766)	(50.526)
Outros créditos		(11.188)	(3.667)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(18.117)	44.332
Folha de pagamento		(176)	(5.937)
Aumento de impostos e contribuições sociais		116.893	264.764
Imposto de Renda e contribuição social pagos		(189.643)	(173.463)
Obrigações intratrisórias		(3.263)	25.887
Obrigações estimadas		6.055	539
Varição de ativos e passivos financeiros setoriais	9	(40.534)	(144.502)
Processos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios pagos	23	(27.266)	(20.031)
Outras contas a pagar		68.644	22.296
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.117.573	1.073.347
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(352.265)	(164.051)
Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14,15 e 16	(650.545)	(522.067)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	14,15 e 16	4.804	29.248
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(998.006)	(656.870)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	2.073.341	1.046.367
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	18 e 19	(1.256.852)	(586.491)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	18 e 19	(31.574)	(319.411)
(Pagamento) liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(22.881)	(100.696)
Incorporação de rede	22.2	(14.757)	(44.313)
Pagamentos de dividendos	24.5	(566.663)	(437.428)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(3.658)	(2.020)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(153.044)	(444.072)
Varição líquida do caixa		(33.477)	(27.595)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		84.088	111.683
Caixa mais equivalentes de caixa finais		50.611	84.088
Varição líquida do caixa		(33.477)	(27.595)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "EMS") é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 28 de agosto de 1981. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A ("REDE") e possui sede na cidade de Campo Grande no Estado do Mato Grosso do Sul. Sua área de concessão abrange 92% da área total do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo 1.154.789 consumidores em 74 municípios. **1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** Em 04 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a concessão para a distribuição de energia elétrica em 74 municípios no Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 03 de dezembro de 2027. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, a critério do Poder concedente. O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço. As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são: I – operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica; II – realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III – organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador; IV – atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores; V – implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações; VI – submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e VII - manter o arquivo documental atualizado, em conformidade com as normas vigentes. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder concedente - Ministério de Minas e Energia - MME. As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual-infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 25, respectivamente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2025. **2.2 Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 30. **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias: fornecimento de energia elétrica não faturada e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais: valores em constituição que serão contemplados no processo de reajuste/revisão tarifária; III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: análise da recuperabilidade dos tributos diferidos; IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão: ativo de contrato; V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado: previsão, vida útil dos ativos; VI. Nota explicativa nº 16 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos; VII. Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhistas, civil, fiscal, regulatório e ambiental: estimativa de perda em processos judiciais; VIII. Nota explicativa nº 26 - Custos e despesas operacionais: provisão de valores referentes à operação de compra e venda de energia elétrica comprada para revenda; IX. Nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; e X. Nota explicativa nº 31 - Benefícios pós emprego: principais premissas adotadas na mensuração dos benefícios pós emprego.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1 Políticas contábeis materiais:** **a. Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normado no resultado a menos que esteja relativa quanto tem vencimento em curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Consumidores e concessionárias** - englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração; **c. Ajuste a valor presente** - determinados créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações; **d. Tributos a recuperar** - referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que são recuperados ou compensados com aplicações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável; **e. Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão; **f. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; **g. Transações com partes relacionadas - Remuneração dos administradores:** A remuneração dos administradores, que corresponde ao pessoal-chave da Administração do Grupo, considera cada uma das categorias descritas na IAS 24 (CPC 05 (R1)) - Divulgações de Partes Relacionadas. **h. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** - Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago para as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relativa quanto tem vencimento em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares aqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. No que tange aos Incentivos fiscais SUDENE/SUDAM e de reinvestimentos, como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à Reserva de Lucros - reserva de Incentivos fiscais, na qual são mantidos até sua capitalização, desde que haja segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas; **i. Ativo financeiro**

indenizável da concessão - corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. As características do contrato de concessão fornecem à Administração a base para entender que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras estão atendidas, refletindo o negócio de distribuição de energia elétrica. Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica, de cobrarem pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quanto da entrada em operação os ativos são transferidos para o Intangível - contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável. No ativo contratual são registrados os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20; **k. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; • Custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada pelo método linear no resultado do exercício baseada na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização; **l. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16) e softwares. Contratos de concessão de serviços intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, ou seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A infraestrutura utilizada pela Companhia nas operações vinculadas ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não poderá ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021 aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. **Direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16):** Os contratos são avaliados, em sua data de início e o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2) (IFRS 16), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 500.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. O reconhecimento inicial e subsequente considera: - Intangível direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. - Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas; **Softwares:** Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição/desenvolvimento, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos. **m. Redução a valor recuperável: Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser utilizada para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, a base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado; **(ii) Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e **(iii) Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da rede e dos serviços. As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia. Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2024 e 2023, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação; **n. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado à taxa WACC regulatório; **o. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem e deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros; **p. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação; **q. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com o Cliente estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saldos esperados de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: - Julgamentos, estimativas e premissas - Nota explicativa nº 2.3; - Consumidores e concessionárias - Nota explicativa nº 6; e - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - Nota explicativa nº 30. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de consumidores e concessionárias a Companhia realiza duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva. Para ativos de contratos, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitais em cada data-base. **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2024, compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Reconhecimento inicial e mensuração** - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em uma *hedge* efetiva, conforme apropriado. **Mensuração subsequente** - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao custo amortizado

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em "Swap", que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, busca operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das formas de acordo com o direcionamento do mercado. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes. **Hedge Accounting:** A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial a taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente eficiente na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 30, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge". A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: - Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. - O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica. - O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo: *Hedges* de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras. Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado; **Incertezas:** Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 30, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. **t. Benefícios pós-emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médico-hospitalar e outros benefícios pós-emprego. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuariado qualificado através do método de crédito atuarial projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximam das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo. A Companhia concede a seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), firmado em Acordo Coletivo de Trabalho. A gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido; **u. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, com parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board: (i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2025
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2025
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"	1º de janeiro de 2027
Resolução CVM nº 199/2024 - NBC TG 09 e CPC 9 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado	1º de janeiro de 2027

Os pronunciamentos novos ou revisados não representarão impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

(ii) **Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes**
A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não são efetivos para o exercício, conforme demonstrado abaixo:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.
A Companhia aplicará a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 de forma retrospectiva e atualmente está trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras.

4. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revisados frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.
A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 74 municípios do Estado do Mato Grosso Sul, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO E RECURSOS VINCULADOS

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	50.611	84.088
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante	50.611	84.088

5.2 Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, LFT, Notas do Tesouro Nacional (NTNF, NTNBN), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2024 equivale a 101,3% do CDI (97,5% do CDI em 2023).

	2024	2023
Avaliados ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDB 's)	385	355
Fundos de investimentos ⁽¹⁾	81.052	85.232
Fundos de investimentos exclusivos ⁽²⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	16.591	2.087
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	659	2.937
Compromissadas	160.519	43.034
Fundo Multimercado	39.757	285
Fundo de Renda Fixa	434.838	313.776
Letra financeira do Tesouro (LFT)	93.065	17.756
Letra financeira (LF)	97.838	41.179
Nota de Crédito (NC)	2.112	653
Letra financeira (LFS)	-	187
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	30.819	7.866
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-	163
Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) ⁽³⁾	23.952	24.068
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁴⁾	981.587	539.574
Circulante	957.635	515.506
Não circulante	23.952	24.068

(1) Fundos de investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 97,1% a 316,0% (-25,5% a 104,4% em 2023) e média ponderada 123,6% do CDI (86,8% em 2023). (2) Fundos de investimentos exclusivos (fundos de investimentos exclusivos do Grupo Energisa) são remuneradas a (85,1% em 2023) do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 103,9% (103,5% em 2023) do CDI Fundo BGT Zona da Mata, 99,3% do CDI Fundo Energia Futuro e 106,1% (98,6% em 2023) do CDI Fundo Zona da Mata. (3) Fundo de investimento em direitos creditórios no patrocínio das BDRs - FIDC com vencimento em 01 de outubro de 2034. (4) Inclui R\$95.795 (R\$102.120 em 2023) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais, fundo de investimento em direitos creditórios, Programa Luz para todos e outros, conforme segue:

Recursos vinculados	2024	2023
Bloqueios judiciais	2.628	2.233
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	23.952	24.068
Programa Luz para todos	68.830	75.464
Outros	385	355
Total	95.795	102.120

6. CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

	Saldos a vencer		Saldos vencidos			Total			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	PPECLD	2024	2023	
Valores correntes:									
Residencial	131.190	-	78.453	12.614	2.073	4.568	(22.777)	206.121	222.640
Industrial	17.128	-	3.452	510	577	4.422	(4.433)	21.656	23.787
Comercial	38.676	-	14.894	2.468	2.392	5.383	(8.940)	54.873	67.046
Rural	22.889	-	9.424	2.898	5.872	1.634	(1.753)	40.964	44.358
Poder público	25.981	-	1.348	15	29	65	(74)	27.364	28.320
Iluminação pública	11.055	-	84	-	-	126	(126)	11.139	10.767
Serviço público	10.124	-	18	3	-	1	(1)	10.145	12.403
Fornecimento não faturado	237.877	-	-	-	-	-	(1.827)	236.050	336.224
Arrecadação Processo Classificação	(647)	-	-	-	-	-	-	(647)	(527)
Valores renegociados:									
Residencial	10.758	44.843	6.876	4.092	4.982	29.921	(54.237)	47.235	41.352
Industrial	484	2.317	356	261	248	2.504	(4.173)	1.997	2.744
Comercial	4.825	57.588	3.797	1.018	1.220	8.216	(13.798)	62.866	58.883
Rural	1.925	12.354	1.113	527	728	2.266	(10.756)	8.157	7.120
Poder público	173	5.021	8	-	-	34	(34)	5.202	6.407
Iluminação pública	17	70	-	-	-	7	(7)	87	89
Serviço público	42	400	-	-	-	224	(226)	440	695
(-) Ajuste Valor Presente ⁽¹⁾	(352)	(29.806)	-	-	-	-	-	(30.158)	(32.271)
Subtotal - consumidor	512.145	92.787	119.823	24.406	18.121	59.371	(123.162)	703.491	830.037
Suprimento Energia ⁽²⁾	22.001	-	-	-	-	1.010	-	23.011	3.698
Outros ⁽³⁾	14.912	-	-	-	-	1.493	(1.258)	15.147	61.137
Total	549.058	92.787	119.823	24.406	18.121	61.874	(124.420)	741.649	894.872
Circulante								679.848	789.564
Não circulante								61.801	105.308

(1) **Ajuste a Valor Presente** - calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado. Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - circulante e não circulante	115.238	104.029
Provisões líquidas constituídas no exercício	58.081	43.398
Baixa de contas de energia elétrica - Incobráveis	(46.630)	(32.189)
Saldo em 2024 e 2023 - circulante e não circulante	126.689	115.238

	2024	2023
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	124.420	115.238
Outros créditos (vide nota explicativa nº 10)	2.269	-
⁽¹⁾ Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.		
Composição do saldo da CCEE	2024	2023
Créditos a vencer	22.001	2.688
Créditos vinculados a liminares ⁽³⁾	1.010	1.010
Subtotal créditos CCEE	23.011	3.698
(-) Aquisições de Energia na CCEE ⁽²⁾	(17.037)	(12.034)
(-) Encargos de serviços de sistema ⁽²⁾	(4.777)	(5.560)
Total débitos CCEE	1.197	(13.896)
Créditos vinculados a liminares - os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que viem a ser indicadas pela CCEE.		
⁽²⁾ Nota explicativa nº 17. ⁽³⁾ Outros - Inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores, e o principal item é destacado abaixo: ICMS incidente sobre a TUSD: No exercício anterior, o saldo incluído o ICMS incidente nas faturas dos consumidores que estão amparados por liminares para o não recolhimento do ICMS sobre a TUSD. Durante o exercício de 2024, a Companhia, amparada na evolução do entendimento de seus assessores jurídicos de que esta não é parte no processo judicial entre esses consumidores e o governo do estado, revisou a contabilização baixando os valores contabilizados nesta rubrica no ativo contra o passivo não circulante no mesmo montante (Vide nota explicativa nº 20).		

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	84.994	80.668
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ ⁽¹⁾	152.091	92.326
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL ⁽¹⁾	50.698	31.248
Contribuições ao PIS e a COFINS	16.988	16.728
Exclusão do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS ⁽²⁾	157.788	255.140
Outros	4.390	3.209
Total	466.949	479.319
Circulante	277.820	374.648
Não circulante	189.129	104.671

(1) Incremento em razão do reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros SELIC aplicados a débitos fiscais tributários conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. (2) Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$ 414.777 em 2021, oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 27 de maio de 2019. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa SELIC, resultando ao longo do exercício em R\$ 208.005 (R\$ 194.015 em 202

amortizadas a partir do início do 6º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (6CRTP); ⁽¹⁾ **Outros itens financeiros:** considera-se os demais Itens financeiros de característica não recorrentes e específicos das Distribuidoras, os principais itens que compõe o saldo, são como segue: **Spread da Conta Escassez Hídrica – REN 1.008/2022** – no processo tarifário de 2024 da distribuidora, houve o reconhecimento do financeiro Spread da Conta de Escassez Hídrica. O Art. 12 da Resolução Normativa nº 1.008/2022-ANEEL dispõe sobre o ressarcimento ao consumidor dos custos acessórios nas operações de créditos da Conta Escassez Hídrica por distribuidoras de energia elétrica. O cálculo resultou em um valor de R\$9.674, que foi contabilizado ao longo do ciclo tarifário da Companhia. **Crédito do PIS e COFINS** – conforme Lei nº 14.385/2022 que regulamentou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a ANeel reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores. Esses valores estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do exercício. O valor homologado no evento tarifário de 2024 foi de R\$104.623 (R\$244.883 em 2023). **Repasse Bandeira Escassez Hídrica** – no processo tarifário de 2021, foi considerado o financeiro negativo denominado “Bandeira Escassez Hídrica”, cujo propósito era o de repassar às tarifas definidas naquele processo, o déficit até então acumulado pelas distribuidoras na Conta Bandeiras. No processo tarifário de 2023, o financeiro em questão foi revertido visto que, na apuração da CVA, foi realizado o encontro de contas entre: 1) o total de arrecadação associada à Bandeira Escassez Hídrica e; 2) os déficits acumulados até o processo tarifário de 2021 somados aos custos incorridos pela distribuidora posteriormente ao processo tarifário de 2021, conforme descrito na Resolução nº3 de 31 de agosto de 2021, com a inclusão do patamar específico de Bandeira Escassez Hídrica. O montante atualizado é de R\$64.068. **3.1- Recebimentos/pagamentos: Reversão Efeito Decreto nº10.665/2021 e DSP nº417/2022 - Reversão Bônus Itaipu** – o financeiro de Reacompanha à conta de comercialização de Itaipu, refere-se a formação do ativo regulatório decorrente da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional - ENBpar. Trata-se de uma reversão do diferimento negativo que foi considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decretos 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/2021. Esse valor pago pelos consumidores no exercício de 2024 foi de R\$15.498 (R\$30.995 em 2023) irá recompar a Conta de Comercialização de Itaipu. **Repasse – CDE Modicidade Eletrobrás** – refere-se a valores aportados pela Eletrobrás ou por suas subsidiárias em função da Desestatização, nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021. Os valores aportados são vinculados ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, conforme Despacho ANEEL nº 1.239 de 23 de abril de 2024 a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. O montante recebido em 2024 foi de R\$19.472 (R\$9.088 em 2023).

10. OUTROS CRÉDITOS:

	2024	2023
Subvenção baixa renda ⁽¹⁾	15.830	16.100
Subvenção CDE – Desconto Tarifário ⁽²⁾	167.356	29.080
Bônus – Reembolso Fundo CDE	410	410
Adiantamentos e empregados	6.040	6.069
Adiantamentos a fornecedores	1.097	668
Dispêndios a reembolsar	996	996
Ordens de serviço em curso – PEE e P&D	28.303	28.258
Outras ordens em curso	8.445	10.249
Despesas pagas antecipadamente ⁽³⁾	9.946	10.270
Outros créditos a Receber – CELPA ⁽⁴⁾	5.585	3.831
(-) Ajuste a Valor presente – CELPA ⁽⁴⁾	(1.445)	(1.561)
Fundos Patronais dos planos de Previdência ⁽⁵⁾	10.867	14.235
Créditos a receber de terceiros e alienação de bens e direitos ⁽⁶⁾	13.156	9.758
Outros créditos a receber	6.578	9.061
Total	272.735	137.853
Circulante	261.651	123.515
Não circulante	11.084	14.338

⁽¹⁾ **Subvenção Baixa Renda** referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se as provisões de novembro e dezembro de 2024, com estimativa de recebimento para o próximo trimestre. A Administração não espera apurar perdas em sua realização. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2024	2023
Subvenção Baixa Renda	16.100	15.002
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	96.559	96.607
Subvenção	(96.829)	(95.509)
Ressarcimentos	15.830	16.100

⁽²⁾ **Subvenção CDE – Descontos Tarifários** – referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2024	2023
Subvenção CDE	29.080	32.972
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	371.794	181.595
Subvenção	(233.518)	(185.487)
Ressarcimentos	167.356	29.080

⁽³⁾ Inclui valores relacionados a prêmio de seguro e a cota do Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; ⁽⁴⁾ **Outros créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA** – refere-se créditos oriundo de transações entre partes relacionadas até a data de alienação para a empresa Equatorial Energia S.A. realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% será realizado em setembro de 2034. Os juros estão sendo recebidos mensalmente desde setembro de 2019. ⁽⁵⁾ **EnergisaPrev – Fundação Energia de Previdência - Fundo Previdenciário Patronal** – constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em plano de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõe também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da patrocinadora. Em dezembro de 2024 o saldo remanescente é de R\$10.867. ⁽⁶⁾ **Créditos a receber de terceiros:** refere-se a uso mútuo de poste, inclui R\$2.269 de provisão para perdas e venda de sucatas.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A (64,01% do capital total), que por sua vez é controlada pela Energisa S/A (91,48% do capital total). Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição (Despesa)	Debitamentos – despesas financeiras	Saldo a pagar (receber)	Saldo a pagar de debitamentos	Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição	Saldo a pagar – debitamentos
Energisa S.A. ^{(1),(2)}	(52.282)	(9.800)	(43.962)	(10.563)	-	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ⁽³⁾	-	1.197	(11.137)	118	-	(286)
Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A ⁽³⁾	-	5.757	(3.779)	547	-	(66)
Multi Energia Serviços S/A ⁽⁴⁾	(14.598)	-	-	(2.242)	-	-
Energisa Soluções S/A ⁽⁵⁾	(5.637)	-	-	(26)	-	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	3.007	-	-	270	-	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	842	-	-	76	-	-
Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A	(1.222)	-	-	(214)	-	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	999	-	80	-	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	(6.445)	-	-	(767)	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	2.337	-	-	209	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	(285)	-	-	(32)	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ⁽⁶⁾	47	(339)	4	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ⁽⁶⁾	61	(325)	5	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ⁽⁶⁾	53	(280)	5	-	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ⁽⁶⁾	105	(494)	9	-	-	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ⁽⁶⁾	44	(99)	4	-	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ⁽⁶⁾	-	(4)	-	-	-	-
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A ⁽⁶⁾	6	(20)	1	-	-	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ⁽⁶⁾	134	(988)	12	-	(28)	-
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ⁽⁶⁾	153	(1.140)	13	-	(31)	-
Linhas de Tucuruí Transmissora de Energia S/A ⁽⁶⁾	202	(367)	18	-	(10)	-
Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A	17	-	1	-	-	-
Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A	16	-	1	-	-	-
Companhia de Gás do Espírito Santo – Es Gás	71	-	6	-	-	-
Energisa Participações Minoritárias S/A ⁽⁸⁾	-	-	(33.714)	(300.118)	-	-
Voltz Capital S/A ⁽⁹⁾	33	-	11	-	-	-
2024	(72.484)	(2.704)	(18.972)	(77.676)	(12.453)	(805.838)
2023	(72.224)	(10.075)	(16.244)	(27.516)	(30.034)	(570.959)

⁽¹⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** – refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANeel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; **Serviços de informática e licenciamento de softwares** - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$132.887, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e Prestação de serviços de suporte em Sistemas Comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022. ⁽²⁾ **Debitamentos** - a Companhia efetuou a 9ª, 15ª, 20ª e 22ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 31 de dezembro de 2024 o valor atualizado é de R\$505.720 (R\$ 353.555 em 2023). ⁽³⁾ **Contratos relacionados ao setor elétrico:** a Companhia possui contratos de compra e venda de energia com empresas relacionadas nos termos de CUSD – Contratos de Uso do Sistema de Distribuição. ⁽⁴⁾ Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL com vencimento em fevereiro/2027. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. ⁽⁵⁾ Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026; Contrato de prestação de serviços - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027. ⁽⁶⁾ Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão e com vencimentos em 2025. ⁽⁷⁾ Contrato de compartilhamento: em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. ⁽⁸⁾ Debêntures – a Companhia efetuou a 19ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa Participações Minoritárias S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 31 de dezembro de 2024 o valor atualizado é de R\$300.118 (R\$266.404 em 2023). ⁽⁹⁾ Serviços de arrecadação de valores relativos a Produtos/Serviços de Parceiros e Parcelas de Dívidas na fatura de energia elétrica.

Remuneração dos administradores

	2024	2023
Remuneração Anual ⁽¹⁾	7.514	6.676
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	424	392
Remuneração da Diretoria	2.601	2.439
Outros benefícios ⁽²⁾	2.603	2.273

⁽¹⁾ Limite global da remuneração anual dos administradores foi aprovado para o exercício de 2024 na AGO/E de 25 de abril de 2024. ⁽²⁾ Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2024, foram de R\$64 e R\$3 (R\$74 e R\$3 em 2023) respectivamente. A remuneração média no exercício de 2024 foi de R\$25 (R\$22 em 2023). **Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP):** A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018. Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações (units) em andamento: (i) 5º Programa, de Performance Shares, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do vesting previsto para maio de 2025 (ii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de Restricted Shares (Matching), iniciado em dezembro de 2023 e o segundo Performance Shares, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2026 (iii) e o 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Lídere) e o segundo Performance Shares, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do vesting previsto para maio de 2027. O 5º Programa é associado as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa. O 6º e o 7º Programa de Performance Shares são associadas as condições de performance Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGLI 1), que ao final do período de vesting, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa. O 6º e o 7º Programa de Restricted Shares (Matching) são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de units ENGLI 1 e, após o período de vesting, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas units por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de units compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) unit adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) unit, adicionadas das units extraordinárias para os beneficiários elegíveis. Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	4º programa ⁽¹⁾	5º programa	6º programa (Restricted Shares)	6º programa (Performance Shares)	7º programa (Performance Shares)	7º programa (Performance Shares)	7º Programa de Concessão de Ações	7º Programa de Concessão de Ações	Matching 2024 - Líderes
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão
Total de opções de ações (units) outorgadas	17.513	26.212	14.366	14.366	15.402	15.402	7.825	938	
Opções de ações (units) prescritas	2.161	3.036	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Data de aprovação do Conselho de Administração	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	
Data de início vesting	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023	18/05/2024	09/05/2024	18/05/2024	01/06/2024	
Prazo de carência	3 anos	3 anos	meses	meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	
Taxa de juros livre de risco	7,88%	12,55%	N/A	N/A	N/A	10,97%	N/A	N/A	
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	D11J2024	D11J2025	N/A	N/A	N/A	D11J2027	N/A	N/A	
Volatilidade ⁽²⁾	35,09%	34,88%	N/A	N/A	27,28%	N/A	N/A	N/A	
Valor justo na data da outorga	R\$37,19	R\$37,90	R\$51,75	R\$44,11	R\$44,79	R\$48,56	R\$46,79	R\$45,71	

Movimentação Liquidado Em operação Em operação Em operação Em operação Em operação Em operação Em operação Em operação Em operação
⁽¹⁾ Em 27 de maio de 2024, foi assinado o termo de quitação e ciência do 4º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de Units previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado; ⁽²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa; Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 2024. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício. Em atendimento ao IFRS 2/CPIC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo

de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pró rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações. No exercício de 2024, foram reconhecidos R\$156 (R\$568 em 2023) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado ao final 2024 é de R2.981 (R\$2.825 em 2023).

12. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	2024	2023
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	81.916	80.611
Contribuição social sobre o lucro líquido	29.490	29.020
Total ativo não circulante	111.406	109.631
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(258.944)	(195.783)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(93.220)	(70.482)
Total passivo não circulante	(352.164)	(266.265)
Total líquido – ativo (passivo) não circulante	(240.758)	(156.634)

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2024	2023		
Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	
126.689	43.075	115.238	39.181	
Provisões para riscos (fiscais, cíveis e trabalhistas)	42.636	14.496	48.547	16.506
Amortização do ágio	32.297	10.981	43.063	14.641
Ajuste a valor presente	30.158	10.254	32.271	10.972
Provisão ajuste atuarial	17.689	6.014	28.323	9.630
Outras provisões (honorários e outros)	55.868	18.995	20.383	6.930
Outras adições temporárias	22.328	7.591	3.544	1.205
IRPJ e CSLL sobre Encargos Capitalizados	(12.593)	(4.282)	-	-
Marcação a mercado - derivativos	(58.972)	(20.050)	(102.928)	(34.996)
Marcação a mercado – dívida	(131.925)	(44.855)	31.074	10.566
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão e atualização	(787.365)	(267.704)	(659.494)	(224.228)
Outras exclusões temporárias	(44.922)	(15.273)	(20.708)	(7.041)
Total líquido – passivo não circulante	(708.112)	(240.758)	(460.687)	(156.634)

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

	2024	2023
Exercícios		
2025	-	11.726
2026	-	11.262

dada em garantia sem prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, com também dispôs a obrigação de anuidade prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão. A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição de energia elétrica. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,57% (4,63% em 2023).

Obrigações vinculadas à concessão: Os saldos do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2024	2023
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	412.126	299.418
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	802.848	809.717
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	62.753	62.753
(-) Amortização acumulada	(763.096)	(720.734)
Total	514.631	451.154
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	375.894	302.924
Ativo contratual - Infraestrutura em construção	50.249	35.729
Intangível - contrato de concessão	88.488	112.501
Total	514.631	451.154

⁽¹⁾ As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.

⁽²⁾ Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos.

16.2. Intangível - direito de uso: Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	2024	2023
Intangível - direito de uso - Imóveis		
Custo	9.888	3.620
Amortização Acumulada	(8.389)	-
Total do Intangível - direito de uso	1.499	3.620

	2024	2023
Intangível - direito de uso - Imóveis		
Custo	9.888	3.620
Amortização Acumulada	(7.685)	(704)
Total do Intangível - direito de uso	2.203	1.499

	2024	2023
Intangível - software		
Custo	160.541	2.964
Amortização Acumulada	(116.810)	-
Em curso	1.761	(2.822)
Total do Intangível - software	45.492	142

	2024	2023
Intangível - software		
Custo	128.277	32.264
Amortização Acumulada	(103.451)	-
Em curso	14.691	(32.264)
Total do Intangível - software	39.517	(13.359)

⁽¹⁾ O montante de R\$142 refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

17. FORNECEDORES

	2024	2023
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	170.260	184.585
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	17.037	12.034
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	1.407	1.622
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽¹⁾	28.013	27.709
Encargos de Serviço de Sistema - ESS ⁽¹⁾	4.777	5.560
Encargo de conexão ⁽¹⁾	8.937	7.285
Materiais, serviços e outros ⁽¹⁾	108.575	114.491
Total	339.006	353.286
Circulante	316.094	332.455
Não circulante	22.912	20.831

⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica, operador nacional do sistema elétrico, encargos do uso da rede elétrica e encargos de conexão** - referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, aos custos de transmissão e ao uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. ⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** - a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Contrato Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidos pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. Os custos mais elevados em 2024 dos efeitos de curto prazo foram motivados, principalmente, pela redução da geração hídrica. ⁽³⁾ **Encargos de Serviços de Sistema - ESS** - os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o custo do acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi inferior ao mesmo exercício de 2023; ⁽⁴⁾ **Materiais, serviços e outros** - refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxito de advogados por conta de processos judiciais.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2023	Pagamento de Princípal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda Nacional							
IPCA	261.558	144.000	(24.220)	(18.671)	35.074	-	397.741
CDI	848.803	53.200	(254.581)	(116.997)	95.661	-	626.086
TR	291.607	-	-	(21.993)	22.116	-	291.730
(-) Custo com captação	(3.415)	-	-	-	2.225	(1.710)	(2.900)
Total do custo amortizado	1.398.553	197.200	(278.801)	(157.661)	155.076	(1.710)	1.312.657
Mensuradas ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	572.329	617.428	(547.892)	(33.620)	180.697	-	788.942
Euro	60.559	-	-	(1.294)	13.560	-	72.825
Marcação a mercado	(1.554)	-	-	-	-	(7.270)	(8.824)
Total ao valor justo	631.334	617.428	(547.892)	(34.914)	194.257	(7.270)	852.943
Total	2.029.887	814.628	(826.693)	(192.575)	349.333	(1.710)	2.165.600
Circulante	366.525	-	-	-	539.538	-	906.063
Não circulante	1.663.362	-	-	-	-	-	1.259.537

	Saldos em 2022	Pagamento de Princípal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado							
Moeda Nacional							
Pós Fixado							
INPC	41	7	(50)	(2)	4	-	-
IPCA	272.225	-	(23.244)	(12.690)	25.267	-	261.558
CDI	990.567	190.000	(312.189)	(141.536)	121.961	-	848.803
TR	292.144	-	-	(25.083)	24.546	-	291.607
(-) Custos com captação	(3.617)	-	-	-	1.574	(1.372)	(3.415)
Total ao custo amortizado	1.551.360	190.007	(335.483)	(179.311)	173.352	(1.372)	1.398.553
Mensuradas ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	537.321	214.554	(136.618)	(31.579)	(11.349)	-	572.329
Euro	63.023	-	-	(1.151)	(1.313)	-	60.559
Marcação a mercado	(423)	-	-	-	-	(1.131)	(1.554)
Total ao valor justo	599.921	214.554	(136.618)	(32.730)	(12.662)	(1.131)	631.334
Total	2.151.281	404.561	(472.101)	(212.041)	160.690	(1.131)	2.029.887
Circulante	408.128	-	-	-	366.525	-	774.653
Não circulante	1.743.153	-	-	-	1.663.362	-	1.259.537

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	2024	2023	Encargos Financeiros Anuais (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva Vencimento (% a.a.)	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros de SWAP (% a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de SWAP (% a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽³⁾	Covenants ⁽⁴⁾
EMS									
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	291.730	291.607	TR + 7,00%	-	out/34	Mensal a partir de nov/29	7,81%	-	R NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	149.731	164.392	CDI + 0,70%	-	abr/31	Mensal a partir de mai/21	11,58%	-	R NA
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A	70.275	90.686	IPCA + 1,83% + 3,00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,66%	-	A + R 2
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B	179.142	170.872	IPCA + 1,83% + 3,00%	CDI + 0,02	dez/34	nov/27	9,66%	10,90%	A + R 2
Nota Promissória 3ª emissão	-	68.120	CDI + 1,75%	-	jul/24	Final	12,63%	-	A 2
1ª Nota comercial 1ª série	211.396	212.927	CDI + 1,40%	-	jul/25	Final	12,28%	-	A 2
1ª Nota comercial 2ª série	211.545	213.074	CDI + 1,55%	-	jul/26	Final	12,43%	-	A 2
2ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ⁽⁷⁾	-	190.290	CDI + 1,80%	-	Jun/25	Final	12,68%	-	A 2
BNDES - 23.2.0329-1	148.324	-	IPCA + 5,48% + 1,50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,81%	-	F 2
3ª Nota comercial Série Única	53.414	-	CDI + 1,20%	-	dez/27	Final	12,08%	-	A 2
(-) Custo com captação	(2.900)	(3.415)	-	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	1.312.657	1.398.553							
Loan Citi - 4131 ⁽⁵⁾	72.825	60.559	EURO + 1,60%	CDI + 1,60%	mar/25	Final	21,87%	12,48%	A 2
BAML - LOAN 4131 - 28012021 ⁽⁵⁾	-	74.677	USD + 1,83%	CDI + 1,60%	fev/24	Final	29,73%	12,63%	A 2
Loan Citi - 59382 ⁽⁵⁾	-	152.729	SOFR + 1,00%	CDI + 1,75%	mar/24	Final	34,21%	12,28%	A 2
Scotiabank Loan 4131 10122022 ⁽⁵⁾	-	139.524	USD + 4,48%	CDI + 1,40%	dez/25	Final	32,38%	12,33%	A 2
BAML - LOAN 4131 - 24032023 ⁽⁵⁾	82.149	64.226	USD + 5,03%	CDI + 1,45%	mar/25	Final	32,93%	12,43%	A 2
Citibank - Loan Trade 64331 ⁽⁵⁾	-	141.173	SOFR + 0,84%	CDI + 1,55%	set/25	Final	34,05%	12,53%	A 2
CITIBANK NCE - TRADE 65873 ⁽⁵⁾	292.332	-	SOFR + 1,50%	CDI + 1,65%	jun/28	Final	34,71%	12,13%	A 2
BAML - LOAN 4131 ⁽⁵⁾	232.259	-	USD + 5,34%	CDI + 1,25%	jun/26	Final	33,24%	12,13%	A 2
Scotiabank Loan 4131 ⁽⁵⁾	182.202	-	USD + 5,03%	CDI + 1,25%	ago/27	Final	32,93%	12,28%	A 2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁶⁾	(8.824)	(1.554)	-	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	852.943	631.334							
Total	2.165.600	2.029.887							

⁽¹⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2024. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 30. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento da demonstração do fluxo de caixa; ⁽²⁾ As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2024 demonstrados na nota explicativa nº 30. ⁽³⁾ A=Aval Energisa S/A e R= Recebíveis. ⁽⁴⁾ Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras e consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	⁽²⁾ Menor ou igual a 4,25x até o vencimento, para as demais operações	Trimestral e Anual
	⁽³⁾ Menor ou igual a 2,25x até o vencimento, para as demais operações	Trimestral e Anual
	⁽⁴⁾ Menor ou igual a 2,25x até o vencimento, para as demais operações	Trimestral e Anual
Moeda/indicadores	2024	2023
US\$ x R\$	27,90%	(7,21%)
CDI	10,88%	13,15%
IPCA	4,83%	4,62%
TR	0,81%	2,39%
Euro x R\$	20,27%	(3,91%)
SOFR	5,31%	5,55%
INPC	4,77%	3,71%

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 30). Em 2024, as exigências contratuais foram cumpridas. ⁽²⁾ Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativos (nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos); ⁽³⁾ Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 30); ⁽⁴⁾ Em 26 de dezembro de 2024 a Companhia efetuou a liquidação antecipada junto ao Banco Bradesco no valor de R\$203.449.

Garantias: Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$23.952 (R\$24.068 em 2023), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo, conforme nota explicativa nº 5.2. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados

	2024
2026	379.861
2027	430.052
2028	201.854
2029	66.828
Após 2029	547.467
Total	1.626.062

19. DEBÊNTURES (NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de Princípal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	841.711	440.455	(356.490)	(107.024)	94.467	-	-	913.119
IPCA	808.720	850.000	(73.669)	(61.975)	141.883	-	-	1.664.959
(-) Custo com captação	(17.293)	-	-	-	5.303	(30.032)	-	(42.022)
Marcação a mercado	32.628	-	-	-	-	-	(155.729)	(123.101)
Total do custo amortizado	1.665.766	1.290.455	(430.159)	(168.999)	241.653	(30.032)	(15	

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

Table with 3 columns: Item, 2024, 2023. Rows include Saldo em 2023 e 2022 - circulante, Adição, Atualização monetária e juros, Pagamentos, Saldo em 2024 e 2023 - circulante.

23. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTA, CÍVEL, FISCAL, REGULATÓRIO E AMBIENTAL

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria, trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental. 23.1. Perdas prováveis: Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia.

Table with 5 columns: Trabalhista, Cível, Fiscal, 2024, 2023. Rows include Saldo em 2023 e 2022 - não circulante, Provisões e reversões líquidas, Pagamentos realizados, Atualização monetária, Saldo em 2024 e 2023 - não circulante.

A Companhia possui caucões e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$70.133 (R\$58.945 em de 2023), e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados. Trabalhista: Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos envolvendo verbas contratuais/legais (reintegração, plano de saúde, sobreaviso, doença ocupacional) propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Table with 5 columns: Trabalhista, Cível, Fiscal, Regulatória, Ambiental, 2024, 2023. Rows include Saldos em 2023 e 2022, Novos processos, Mudança de prognósticos e valor pedido, Encerramento de processos, Atualização monetária, Saldos em 2024 e 2023.

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis: Trabalhista: Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos envolvendo verbas contratuais/legais, propostos por funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Principais processos

Table with 5 columns: Nº Processo/Ação, Tipo da ação, Objeto, 2024, 2023. Rows include 00651268720144013800 (Ação Coletiva), 00081923720034036000 (Ação Civil Pública).

Fiscal: Ações de natureza tributária envolvendo basicamente discussões sobre: (i) o creditamento do PIS e da COFINS em razão do tratamento contábil e fiscal utilizado pela empresa em atendimento à revisão tarifária imposta pela ANEEL; (ii) CSL; (iii) recolhimento ISS; (iv) Saldo negativo de IRPJ e (v) ICMS.

Ambiental: Discussões sobre suposto descumprimento de preceitos ambientais.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social: O capital social subscrito e integralizado é de R\$616.732 (R\$616.732 em 2023) e está representado por 647.015 (647.015 em 2023) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

24.2. Reserva de capital

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows include Reserva especial de ágio, Remuneração das imobilizações em curso, Programa de renovação variável (ILP), Total.

Constituída pela incorporação, em abril de 2005, da parcela cindida da anterior controladora Magistra Participações S/A, representada pelo ágio pago por esta quando da aquisição de ações de emissão da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99.

24.3. Reserva de lucros - reserva legal: Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. 24.4. Reservas de lucros - retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$64.824(R\$167.805 em 2023) foi destinado para a reserva de retenção de lucros, com base no orçamento de capital, a ser aprovado pelo Conselho de Administração e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

24.5. Dividendos: O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultado intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows include Lucro líquido do exercício, Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais, Reserva legal (5%) (nota explicativa 24.3), Lucro líquido ajustado, Dividendos obrigatórios (25%), Valores pagos em 23 de julho de 2024 - R\$329.282767710 por ação ordinária, Valores pagos em 24 de agosto de 2023 - R\$93.885625866 por ação ordinária, Valores pagos em 22 de novembro de 2024 - R\$287.1756538 (Valores pagos em 23 de novembro de 2023 - R\$281.65587763) por ação ordinária, Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$200,00 (R\$259,35716309514 em 2023) por ação ordinária, Total dos dividendos, % sobre o lucro líquido ajustado.

Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 01 de julho e 7 de novembro de 2024, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março e 30 de setembro de 2024, respectivamente. Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICP-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa. Outros resultados abrangentes: Refere-se à contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows include Saldo em 2023 e 2022, Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego, Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego, Saldo em 2024 e 2023.

25. RECEITA OPERACIONAL

Table with 6 columns: 2024, 2023, Nº de consumidores, MWh, R\$, Nº de consumidores, MWh, R\$. Rows include Residencial, Industrial, Comercial, Rural, Poder público, Iluminação pública, Serviço público, Consumo próprio, Subtotal, Suprimento de energia a concessionárias, Fornecimento não faturado líquido, Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição, Receita de construção da infraestrutura, Penalidades regulatórias, Valor justo ativo financeiro indenizável da concessão, Constituição e amortização - CVA ativa e passiva, Subvenções vinculadas ao serviço concedido, Outras receitas operacionais, Total - receita operacional bruta, Deduções da receita operacional, ICMS, PIS, COFINS, ISS, Programa de Eficiência Energética - PEE, Encargos de consumidor - PROCEL, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Ministério das Minas e Energia - MME, Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, Total - deduções receita operacional, Total - receita operacional líquida.

Informação não examinada pelos auditores independentes. Receita de construção da infraestrutura - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICP 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Table with 6 columns: Custo do Serviço, Despesas Operacionais Gerais e Administrativas, Total, Com Energia Elétrica, Prestado a Terceiros, 2024, 2023. Rows include Energia elétrica comprada para revenda, Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição, Pessoal e administradores, Programa de remuneração variável (ILP), Benefícios pós emprego, Material, Serviços de terceiros, Depreciação e amortização, Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD, Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias, Custo de construção da infraestrutura, Outros, Total, Energia elétrica comprada para revenda.

Table with 5 columns: Energia de Itaipu - Binacional, Energia de Leilão, Energia Bilateral, Cotas de Angra, Energia de curto prazo - CCEE, Cotas Garantia Física, Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA, Energia de reserva - ERR, Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo, Total. Rows include Energia de Itaipu - Binacional, Energia de Leilão, Energia Bilateral, Cotas de Angra, Energia de curto prazo - CCEE, Cotas Garantia Física, Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA, Energia de reserva - ERR, Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo, Total.

Inclui, demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cota de garantia física, efeito custos de energia nuclear e exposição de cota Itaipu. Não examinado pelos auditores independentes.

27. OUTROS RESULTADOS

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows include Outras receitas, Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos, Outras despesas, Perdas na desativação/alienação de bens e direitos, Outras, Total.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows include Receitas financeiras, Receita de aplicações financeiras, Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida, Juros Selic /impostos a recuperar, Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais, Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS, Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS, Outras, Total das receitas financeiras, Despesas financeiras, Encargos de dívidas - Juros, Encargos de dívidas - Variação monetária e cambial, Transferência para ordens em curso, Marcação a mercado da dívida, Marcação a mercado de derivativos, Instrumentos financeiros derivativos, Ajuste a valor presente, Atualização PEE e P&D, Despesas com IOF, Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais, Juros e atualização monetária de incorporação de rees de rees, Juros e Multas, Benefício pós-emprego - Plano de saúde, Atualização monetária de provisão para riscos, Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS, Outras, Total despesa financeira, Despesas financeiras líquidas.

29. LUCRO POR AÇÃO

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows include Lucro líquido do exercício, Denominador (em milhares de ações), Média ponderada de número de ações ordinárias, Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária, Numerador, Lucro líquido do exercício, Denominador (em milhares de ações), Média ponderada de número de ações ordinárias, Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária, Instrumentos financeiros derivativos, Custos amortizados, Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Ativos financeiros setoriais, Valor justo por meio do resultado, Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, Ativo financeiro indenizável da concessão, Instrumentos financeiros derivativos, Passivo amortizado, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, Arrendamentos operacionais, Passivos financeiros setoriais, Valor justo por meio do resultado: Instrumentos financeiros derivativos, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, Categoria dos Instrumentos financeiros: Hedge Accounting, Caixa e equivalentes de caixa, Dívida líquida, Patrimônio líquido, Índice de endividamento líquido, Fornecedores, Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, Instrumentos Financeiros Derivativos, Total, Taxa média de juros efetiva ponderada, Até 6 meses, De 6 a 12 meses, De 1 a 3 anos, De 3 a 5 anos, Mais de 5 anos, Total, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, Consumidores e concessionárias, Ativo financeiro indenizável da concessão, Ativos financeiros setoriais, Instrumentos financeiros derivativos, d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio, Ativo circulante, Ativo não circulante, Total do ativo, Passivo circulante, Passivo não circulante, Total do passivo, Operação, (moeda estrangeira), Ponta ativa, Ponta passiva, Vencimento, Designação, Resolução 4131 - Merrill Lynch, Resolução 4131 - Bank of America, Resolução 4131 - Bank of America, Resolução 4131 - Scotiabank, Resolução NCE - Citibank.

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows include Lucro líquido do exercício, Denominador (em milhares de ações), Média ponderada de número de ações ordinárias, Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Hierarquia de valor justo: Os diferentes níveis foram assim definidos: - Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em função da Companhia ter classificado o Ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no exercício foram de R\$138.572 (R\$154.948 em 2023), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13. Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

Table with 5 columns: ATIVO, Nível, Contábil, Valor justo, Contábil, Valor justo. Rows include Custo amortizado, Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Ativos financeiros setoriais, Valor justo por meio do resultado, Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, Ativo financeiro indenizável da concessão, Instrumentos financeiros derivativos, PASSIVO, Custo amortizado: Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, Arrendamentos operacionais, Passivos financeiros setoriais, Valor justo por meio do resultado: Instrumentos financeiros derivativos, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, Categoria dos Instrumentos financeiros: Hedge Accounting, Caixa e equivalentes de caixa, Dívida líquida, Patrimônio líquido, Índice de endividamento líquido, Fornecedores, Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, Instrumentos Financeiros Derivativos, Total, Taxa média de juros efetiva ponderada, Até 6 meses, De 6 a 12 meses, De 1 a 3 anos, De 3 a 5 anos, Mais de 5 anos, Total.

Categoria dos Instrumentos financeiros: Hedge Accounting: A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo swap (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2024 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de hedge de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a natureza de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge. Os contratos de swap são designados e efetivos como hedge de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o hedge foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado no exercício em R\$155.729 (R\$50.875 em 2023) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de swap de taxa de juros era reconhecido no resultado. Fair Value Option: A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo swap para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os swaps quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2024, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia. No exercício de 2024, o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R\$7.270 devedor (R\$1.131 em 2023) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de swap de taxa de juros era reconhecido no resultado. Gerenciamento dos Riscos: Administração financeira de risco: O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas. O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia. A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de capital: O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

Table with 2 columns: 2024, 2023. Rows include Dívida, Caixa e equivalentes de caixa, Dívida líquida, Patrimônio líquido, Índice de endividamento líquido, Fornecedores, Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, Instrumentos Financeiros Derivativos, Total, Taxa média de juros efetiva ponderada, Até 6 meses, De 6 a 12 meses, De 1 a 3 anos, De 3 a 5 anos, Mais de 5 anos, Total.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão na caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia. c) Risco de crédito: A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa. O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes. O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura. Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Exposição a riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

Table with 5 columns: Nota, 2024, 2023. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, Consumidores e concessionárias, Ativo financeiro indenizável da concessão, Ativos financeiros setoriais, Instrumentos financeiros derivativos, d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio, Ativo circulante, Ativo não circulante, Total do ativo, Passivo circulante, Passivo não circulante, Total do passivo, Operação, (moeda estrangeira), Ponta ativa, Ponta passiva, Vencimento, Designação, Resolução 4131 - Merrill Lynch, Resolução 4131 - Bank of America, Resolução 4131 - Bank of America, Resolução 4131 - Scotiabank, Resolução NCE - Citibank.

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Table with 5 columns: Energia de Itaipu - Binacional, Energia de Leilão, Energia Bilateral, Cotas de Angra, Energia de curto prazo - CCEE, Cotas Garantia Física, Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA, Energia de reserva - ERR, Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo, Total. Rows include Energia de Itaipu - Binacional, Energia de Leilão, Energia Bilateral, Cotas de Angra, Energia de curto prazo - CCEE, Cotas Garantia Física, Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA, Energia de reserva - ERR, Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo, Total.

Inclui, demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cota de garantia física, efeito custos de energia nuclear e exposição de cota Itaipu. Não examinado pelos auditores independentes.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Custo Financeiro (% a.a.)				Vencimento	Designação
	Notional (BRL)	Ponta Ativa	Ponta Passiva			
J.P. Morgan	3.733	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge	
Itaú	51.667	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge	
Bank of America	9.163	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada	
Itaú	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,82%	15/10/2026	Não Designada	
J.P. Morgan	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/2031	Fair Value Hedge	
XP	387.861	IPCA + 6,1076%	CDI + 0,72%	17/02/2031	Fair Value Hedge	
ABC Brasil	270.000	IPCA + 6,4364%	CDI + 0,04%	15/09/2034	Fair Value Hedge	

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentamos abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value option", vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Dívida designada para "Fair Value Option"	751.442	662.767	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(852.893)	(631.199)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	852.893	631.199
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(770.932)	(675.292)
			Posição Líquida Swap	81.961	(44.093)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(770.932)	(675.292)

A Companhia designa certos instrumentos de hedge relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como hedge de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽ⁱ⁾	1.190.925	656.323	Taxa Pré-Fixada	(1.045.132)	(546.437)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	1.227.116	820.862
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.250.105)	(673.841)
			Posição Líquida Swap	(22.989)	147.021
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.068.121)	(399.416)

A Companhia designa certos instrumentos de hedge relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como hedge de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽ⁱⁱ⁾	1.190.925	656.323	Taxa Pré-Fixada	(1.045.132)	(546.437)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	1.227.116	820.862
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.250.105)	(673.841)
			Posição Líquida Swap	(22.989)	147.021
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.068.121)	(399.416)

⁽ⁱ⁾ Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido. O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, e procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros. A Marcação a Mercado (MTM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, com a taxa pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. **Análise de Sensibilidade:** De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado: **a) Variação cambial:** Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2024, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras).

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário		
			Cenário I (Provável) ⁽ⁱ⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(751.442)		(597.610)	(772.375)	(947.140)
Variação Dívida			153.832	(20.933)	(195.698)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	852.893	Alta Câmbio	699.061	873.826	1.048.591
Variação			(153.832)	20.933	195.698
Posição Passiv					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(770.932)		(770.932)	(770.932)	(770.932)
Variação - Taxa de Juros CDI			-	-	-
Subtotal	81.961		(71.871)	102.894	277.659
Total Líquido	(669.481)		(669.481)	(669.481)	(669.481)

⁽ⁱⁱ⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do Dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de Dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar e euro spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida. Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2024, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$669.481 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de Juros: Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2024, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário		
			Cenário I (Provável) ⁽ⁱ⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(1.190.925)		(1.190.925)	(1.190.925)	(1.190.925)
Variação Dívida			-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	1.227.116	Alta do CDI	1.227.116	1.227.116	1.227.116
Variação - Taxa de Juros			-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(1.250.105)		(1.250.105)	(1.449.939)	(1.680.796)
Variação - CDI + TJLP			-	(199.834)	(430.691)
Subtotal	(22.989)		(22.989)	(222.823)	(453.680)
Total Líquido	(1.213.914)		(1.213.914)	(1.413.748)	(1.644.605)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2024 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário		
			Cenário I (Provável) ⁽ⁱ⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	981.587	Alta do CDI	147.238	184.048	220.857
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(770.932)	Alta do CDI	(115.640)	(144.550)	(173.460)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(1.539.205)	Alta do CDI	(230.881)	(288.601)	(346.322)
	(1.939.599)	Alta do IPCA	(93.683)	(117.104)	(140.525)
	(291.730)	Alta do TR	(2.363)	(2.954)	(3.545)
Subtotal ⁽ⁱⁱ⁾	(4.541.466)		(442.567)	(553.209)	(663.852)
Total (Perdas)	(3.559.879)		(295.329)	(369.161)	(442.995)

⁽ⁱ⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2025 (15,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2024, IPCA 4,83% ao ano e TR 0,81% ao ano. ⁽ⁱⁱ⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$82.011.

31. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para beneficiários de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos a avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33(R1). A administração desses planos é realizada por meio da EnergisaPrev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. Os planos de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2024 são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano I	BD	Fechado	18/07/1989	• Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria especial; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; e • Complementação de abono anual.
Plano II	CV	Fechado	01/05/2002	• Aposentadoria normal ou antecipada; • Aposentadoria por invalidez; • Pensão por morte de ativo; e • Pensão por morte de aposentado.
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	• Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

O custeio do plano Risco é realizado exclusivamente pela Patrocinadora. Os demais planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento. No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$4.705 (R\$4.515 em 2023), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício. Em 2024 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$151 (R\$6.156 em 2023), valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. **Número de participantes/beneficiários:** Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novos adesões e o número de participantes do plano está apresentado a seguir:

	2024	2023
Ativos	1.239	1.134
Autopatrocínados	7	5
Benefício Proporcional Diferido - BPD	25	24
Assistidos	268	257
Total	1.539	1.420

Retirada de patrocínio: Em 31 de janeiro de 2023 a Companhia solicitou à EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício, Plano R, Plano I, Plano II, em face ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migrações concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo. Em 18 de janeiro de 2024 a PREVIC-Superintendência Nacional de Previdência Complementar comunicou a EnergisaPrev quanto ao arquivamento da solicitação de retirada de patrocínio, baseada na publicação e entrada em vigor da nova resolução que dispõe sobre a retirada de patrocínio "Resolução CNPC/MPS nº 59, de 13 de dezembro de 2023", e orientou a entidade aguardar a edição do normativo que regulamentará a referida resolução para a proposição de novo pedido de retirada de patrocínio. **31.2. Situação financeira dos planos de benefícios definidos - Avaliação atuarial:** Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2024, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	2024		2023		R
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II	
Número de Participantes	-	14	-	20	1
Número de Assistidos	119	52	119	46	1
Total	119	66	119	66	1

b. Premissas utilizadas na avaliação atuarial:

	2024		2023		Plano R
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II	
I - Tábua Biométricas					
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Tábua de Mortalidade de Invalídidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Não Aplicável	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Não Aplicável
II - Variáveis Econômicas					
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,85% a.a	6,79% a.a	5,75% a.a	5,75% a.a	5,75% a.a
Expectativa de Inflação Futura	4,00% a.a	4,00% a.a	4,00% a.a	4,00% a.a	4,00% a.a
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	11,13% a.a	11,06% a.a	9,95% a.a	9,98% a.a	9,98% a.a
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	Não Aplicável	2,19%	Não Aplicável	2,19%	2,19%
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário	Crédito Unitário
	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
III - Regime Financeiro de Capitalização					
As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos beneficiários. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia. Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (IAS 19). O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários. As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. c. Conciliação da posição dos planos: A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:					

	2024				2023			
	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo								
Valor justo dos ativos em 2023 e 2022	53.221	38.793	1	92.015	52.462	32.002	1	84.465
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(3.498)	(5.834)	(1)	(9.333)	838	5.247	(52)	6.032
Retorno esperado dos ativos do plano	5.030	3.759	-	8.789	5.746	3.594	-	9.341
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	52	52
Contribuições dos participantes do plano	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos	(3.777)	(319)	-	(4.096)	(5.825)	(2.050)	-	(7.875)
Custo do serviço passado (encurtamento)	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos em 2024 e 2023	50.976	36.399	-	87.375	53.221	38.793	1	92.015

	2024				2023			
	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação								
Valor justo dos ativos em 2023 e 2022	39.119	28.845	1	67.965	43.855	27.160	1	71.016
Custo do serviço corrente	-	1	-	1	-	1	-	1
Custo dos juros	3.621	2.768	-	6.389	4.750	3.034	1	7.785
(Ganhos)/Perdas atuariais	128	(4.188)	(1)	(4.061)	(3.661)	700	(1)	(2.962)
Benefícios pagos	(3.777)	(319)	-	(4.096)	(5.825)	(2.050)	-	(7.875)
Valor presente das obrigações em 2024 e 2023	39.091	27.107	-	66.198	39.119	28.845	1	67.965

	2024				2023			
	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL	Plano I	Plano II	Plano R	TOTAL
Posição Líqu								

Declaração dos Diretores da Mato Grosso Sul – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso Sul – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Campo Grande, 18 de março de 2025.

Campo Grande, 18 de março de 2025.

Paulo Roberto dos Santos Diretor Presidente	Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Rodrigo Santana Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	Rodrigo Brandão Fraiha Diretor Técnico e Comercial
José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística	Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas	Gioreli de Sousa Filho Diretor sem Designação Específica	Rodolfo da Paixão Lima Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial Contador - CRC RJ 107.310/O-0 “S” MS

Paulo Roberto dos Santos Diretor Presidente	Maurício Perez Botelho Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Rodrigo Santana Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	Rodrigo Brandão Fraiha Diretor Técnico e Comercial
José Marcos Chaves de Melo Diretor de Suprimentos e Logística	Daniele Araújo Salomão Castelo Diretora de Gestão de Pessoas	Gioreli de Sousa Filho Diretor sem Designação Específica	Rodolfo da Paixão Lima Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial Contador - CRC RJ 107.310/O-0 “S” MS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards” emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia:** Por que é um PAA: Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede de energia, por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo do faturamento e reconhecimento de energia elétrica; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento do sistema contábil; (c) execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede de energia estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais:** Por que é um PAA: Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios (doravante “provisão para riscos”), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas respostas são consideradas prováveis. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso em base amostral; (c) conciliação e verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; e (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao reconhecimento de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de “IFRS Accounting Standards”, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os cri-

térios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 18 de março de 2025.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4